

Despesa vai bater com a receita

Guilherme Soares
Editor de Economia

Apesar da determinação do presidente Sarney e dos ministros da área econômica, a proposta orçamentária para 1989, que traz cortes profundos nas despesas da União, pode sofrer mudanças radicais. Contra a vontade do próprio Governo. A nova Constituição dará poderes ao Congresso Nacional para modificar totalmente o projeto de lei em que o Executivo apresentará o Orçamento Geral da União. Está com dias contados a regra autoritária em que o Congresso só podia aprovar ou rejeitar integralmente a proposta.

O Congresso terá liberdade para remanejar à vontade as dotações orçamentárias a ministérios e programas, contanto que indique simultaneamente de onde virá o dinheiro. Despesa sempre terá que bater com a receita. Os dispositivos que determinam isso ainda não foram votados no segundo turno da Constituinte, mas no Congresso ninguém pensa em mudar o que já foi aprovado.

Guerra

Quando chegar ao Congresso, a

lei do Orçamento será examinada pela comissão mista de deputados e senadores criada apenas para isso. Seu presidente foi eleito quarta-feira: é o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo do peito do presidente Sarney. Carvalho avisou de antemão que não veio para criar dificuldades ao Governo. Ainda assim, a discussão do Orçamento exigirá, no mínimo, demorada negociação política.

O motivo é que grupos de interesse e lobies variados vão se entredevar para garantir a dotação orçamentária desejada, o dinheiro para o seu lado. Os próprios ministros de Sarney — para quem está estranhando a tímida dose de rebeldia deles aos cortes previstos — vão agir junto aos congressistas para preservar as suas prioridades. Para defender os cortes, o ministro João Batista de Abreu ontem mesmo começou a trabalhar. Vai ser uma guerra.

Dois personagens estarão no meio de todos os fogos: o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e o deputado José Serra (PSDB-SP). Os dois devem ser indicados pelo presidente da comissão mista, Cid Carvalho, como relator-geral e relator-adjunto. São os dois que

vão recolher, analisar e aprovar ou rejeitar as sugestões de mudança no Orçamento. Enfim, é deles que vai sair o Orçamento Geral da União do Próximo ano.

E o déficit?

Aparentemente, um eventual processo de mudança na proposta do Executivo não deve comprometer a meta de reduzir o déficit público para 2% do Produto Interno Bruto, como foi acertado com o Fundo Monetário Internacional. Mas não se descarta a possibilidade de que até esse objetivo seja prejudicado. Dependendo das mudanças, ainda que o tamanho do bolo orçamentário fique igual (quanto o Governo federal diz que pode gastar), a inflação pode ser acelerada. Como?

Um exemplo: incentivos fiscais e subsídios são instrumentos que transferem renda de um setor para outro da economia. Aqui no Brasil, o normal é que o consumidor assalariado financie o crescimento das empresas, em nome do eldorado futuro. Isso acirra as pressões inflacionárias, como a natural reação do prejudicado em busca de reaver o que perdeu. E o direito de greve será irrestrito.